



Bradesco BBI

Banco Bradesco BBI S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 06.271.464/0001-19

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2017, do Banco Bradesco BBI S.A. (Bradesco BBI), elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Bradesco BBI, Banco de Investimento da Organização Bradesco, assessora clientes em emissões de ações, operações de fusões e aquisições, estruturação e distribuição de instrumentos de dívidas, incluindo debêntures, notas promissórias, CRIs, fundos imobiliários, FIDCs e *bonds* no Brasil e Exterior, além de operações estruturadas de financiamento de empresas e financiamentos de projetos na modalidade *Project Finance*.

No semestre findo em 30 de junho de 2017, o Bradesco BBI assessorou 106 transações em todos os produtos de *Investment Banking*, totalizando volume de R\$ 155,6 bilhões.

O Lucro Líquido registrado somou R\$ 706,4 milhões, correspondente a R\$ 142,68 por lote de mil ações, Patrimônio Líquido de R\$ 9.122,1 milhões e Ativos Totais de R\$ 12.191,3 milhões.

A política de dividendos da Instituição assegura aos acionistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 1% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu estatuto social.

Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Osasco, SP, 26 de julho de 2017.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil

	2017	2016		2017	2016
ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE	3.057.868	2.352.213	CIRCULANTE	472.228	285.647
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	6	126	INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6c II)	339.124	67.456
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	1.559.754	837.259	Instrumentos Financeiros Derivativos	339.124	67.456
Aplicações no Mercado Aberto	385.471	168.428	OUTRAS OBRIGAÇÕES	133.104	218.191
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.174.283	668.831	Sociais e Estatutárias (Nota 14e)	8.155	112.927
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6a)	865.098	635.585	Fiscais e Previdenciárias (Nota 13a)	51.904	39.904
Carteira Própria	561.336	522.488	Diversas (Nota 13b)	73.045	65.360
Vinculados ao Banco Central	-	680			
Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 6c II)	300.562	109.584			
Vinculados à Prestação de Garantia	3.200	2.833	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	2.596.803	2.297.003
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS E INTERDEPENDÊNCIAS	9	-	DEPÓSITOS	2.565.266	2.249.827
Transferências Internas de Recursos	9	-	Depósitos Interfinanceiros (Nota 11a)	2.565.266	2.249.827
OUTROS CRÉDITOS	632.767	878.779	INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6c II)	15.002	20.164
Rendas a Receber (Nota 7a)	499.078	510.362	Instrumentos Financeiros Derivativos	15.002	20.164
Diversos (Nota 7b)	138.636	368.417	OUTRAS OBRIGAÇÕES	16.535	27.012
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.947)	-	Fiscais e Previdenciárias (Nota 13a)	2.686	12.158
OUTROS VALORES E BENS	234	464	Diversas (Nota 13b)	13.849	14.854
Despesas Antecipadas	234	464			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	6.466.826	6.108.936	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	149	215
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6a)	5.937.017	5.832.707	Resultados de Exercícios Futuros	149	215
Carteira Própria	5.921.775	5.812.267			
Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 6C II)	15.242	20.440			
OUTROS CRÉDITOS	529.809	276.229	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 14)	9.122.118	7.911.704
Rendas a Receber (Nota 7a)	1.397	1.295	Capital:		
Diversos (Nota 7b)	528.412	274.934	- De Domiciliados no País	4.870.000	4.870.000
PERMANENTE	2.666.604	2.033.420	Reserva de Capital	561.091	561.091
INVESTIMENTOS	2.660.644	2.028.678	Reservas de Lucros	4.129.823	2.985.564
Participações em Coligadas e Controladas:			Ajustes de Avaliação Patrimonial	(438.796)	(504.951)
- No País (Nota 8a)	2.660.243	2.028.277			
Outros Investimentos (Nota 8b)	707	707			
Provisões para Perdas (Nota 8b)	(306)	(306)			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 9)	4.840	3.855			
Imóveis de Uso	991	991			
Outras Imobilizações de Uso	9.791	7.833			
Depreciações Acumuladas	(5.942)	(4.969)			
INTANGÍVEL (Nota 10)	1.120	887			
Ativos Intangíveis	1.913	1.384			
Amortização Acumulada	(793)	(497)			
TOTAL	12.191.298	10.494.569	TOTAL	12.191.298	10.494.569

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ACUMULADO EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil

	2017	2016
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	513.154	846.675
Operações de Crédito	39	21
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6d)	610.515	966.628
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 6c IV)	(97.400)	-
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(152.532)	(153.153)
Operações de Captações no Mercado (Nota 11b)	(148.587)	(153.153)
Operações de Empréstimos e Repasses	(8)	-
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.937)	-
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	360.622	693.522
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	386.713	377.065
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 15)	432.240	408.970
Despesas de Pessoal (Nota 16)	(78.929)	(60.554)
Outras Despesas Administrativas (Nota 17)	(46.695)	(47.276)
Despesas Tributárias (Nota 18)	(35.264)	(31.329)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 8a)	147.219	136.498
Outras Receitas Operacionais (Nota 19)	17.751	18.027
Outras Despesas Operacionais (Nota 20)	(49.609)	(47.271)
RESULTADO OPERACIONAL	747.335	1.070.587
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 21)	87	35
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	747.422	1.070.622
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 23a e b)	(41.033)	(712)
Provisão para Imposto de Renda	(22.095)	8.327
Provisão para Contribuição Social	(21.958)	6.238
Ativo Fiscal Diferido	3.020	(15.277)
LUCRO LÍQUIDO	706.389	1.069.910
Número de ações (Nota 14a)	4.950.733.362	4.950.733.362
Lucro por lote de mil ações em R\$	142,68	216,11

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA ACUMULADO EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil

	2017	2016
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	747.422	1.070.622
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	(559.438)	(559.298)
Depreciação e Amortização	680	530
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(147.219)	(136.498)
Constituição/(Reversão) de Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	(1.235)	450
Perda na Venda de Imobilizado de Uso	-	54
Provisão de Dividendos a Receber	(361.601)	(423.834)
Provisão Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	3.937	-
Lucro Líquido Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	241.984	511.324
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(307.187)	(668.831)
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	89.954	120.441
(Aumento)/Redução em Relações Interfinanceiras e Interdependências	15	-
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(6.912)	123.939
Aumento em Depósitos	148.587	153.153
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(47.787)	(365.278)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reserva de Capital Subscrição de Ações	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial		Lucros Acumulados	Totais
			Legal	Estatutária	Próprias	Controladas		
Saldos em 31.12.2015	4.537.929	561.662	259.700	1.666.118	(92)	264	-	7.025.581
Aumento de Capital por								
Subscrição - AGO/AGE de								
25.4.2016	331.500	-	-	-	-	-	-	331.500
Aumento de Capital com								
Reserva	571	(571)	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(505.041)	(82)	-	(505.123)
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	1.069.910	1.069.910
Destinações: - Reservas	-	-	53.496	1.006.250	-	-	(1.059.746)	-
- Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-
Propostos	-	-	-	-	-	-	(10.164)	(10.164)
Saldos em 30.6.2016	4.870.000	561.091	313.196	2.672.368	(505.133)	182	-	7.911.704
Saldos em 31.12.2016	4.870.000	561.091	349.517	3.080.628	(279.063)	77	-	8.582.250
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(160.365)	555	-	(159.810)
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	706.389	706.389
Destinações: - Reservas	-	-	35.319	664.359	-	-	(699.678)	-
- Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-
Propostos	-	-	-	-	-	-	(6.711)	(6.711)
Saldos em 30.6.2017	4.870.000	561.091	384.836	3.744.987	(439.428)	632	-	9.122.118

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

Em decorrência da alteração da alíquota, a Instituição constituiu, em setembro de 2015, um complemento do crédito tributário de contribuição social, considerando as expectativas anuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com o estudo técnico realizado. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, estão apresentados na Nota 23.

h) Despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o princípio da competência.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da Instituição ou quando benefícios futuros não são mais esperados.

(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens.....	(6.912)	123.939
Aumento em Depósitos	148.587	153.153
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(47.787)	(365.278)
Aumento em Resultados de Exercícios Futuros	34	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(26.090)	(101.959)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	92.598	(227.211)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Aquisição de Imobilizado de Uso.....	(1.384)	(840)
Aquisição de Intangível.....	(319)	(203)
Alienação e Juros Recebidos de Títulos Disponíveis para Venda	-	12.548
Alienação de Imobilizado de Uso.....	-	4
Aumento de Capital em Controlada.....	-	(160.078)
Dividendos Recebidos	533	96
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos.....	(1.170)	(148.473)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:		
Aumento de Capital por Subscrição	-	331.500
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamento	-	331.500
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	91.428	(44.184)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	294.049	212.738
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	385.477	168.554
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	91.428	(44.184)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Bradesco BBI S.A. ("BBI" ou "Instituição") é uma Instituição Financeira, que tem por objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às respectivas carteiras autorizadas (comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento, e de crédito imobiliário), inclusive câmbio e administração de valores mobiliários, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, e certas operações têm a participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nºs 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem, estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 26 de julho de 2017.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

A composição de caixa e equivalentes de caixa estão apresentadas na Nota 4.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

A composição, os prazos e os rendimentos auferidos das aplicações interfinanceiras de liquidez estão apresentadas na Nota 5.

e) Títulos e valores mobiliários

- Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
- Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

A classificação, composição e segmentação dos títulos e valores mobiliários estão apresentadas na Nota 6.

f) Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)

São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não.

As operações que envolvem instrumentos financeiros derivativos destinam-se a atender as necessidades próprias para administrar a exposição global da Instituição, no sentido de administrar suas posições. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para mitigar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado dos ativos e passivos financeiros são considerados como instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com sua natureza em:

- *Hedge* de risco de mercado: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de *hedge*, têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados em conta de resultado; e
- *Hedge* de fluxo de caixa: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, têm parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registradas, líquidas dos efeitos tributários, em conta destacada no Patrimônio Líquido. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente em conta de resultado.

g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre ajustes a valor de mercado dos títulos, valores mobiliários e atualização monetária sobre depósitos judiciais são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias".

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da Instituição ou quando benefícios futuros não são mais esperados.

i) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

A composição dos investimentos em empresas coligadas e controladas estão apresentadas na Nota 8.

j) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: imóveis de uso - 4% ao ano, e móveis e utensílios - 10% ao ano e sistema de processamento de dados, comunicação e segurança - 20% ao ano e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

A composição dos valores dos custos dos bens e suas depreciações correspondentes estão apresentadas na Nota 9.

k) Intangíveis

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com esta finalidade.

É composto por *software*, que estão registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao mesmo, que serão amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

A composição dos valores dos custos dos bens e suas depreciações correspondentes estão apresentadas na Nota 10.

l) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

m) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações legais - provisão para riscos fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis. Detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentadas na Nota 12.

n) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base *pro rata* dia).

o) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Disponibilidades em moeda nacional.....	6	126
Total de disponibilidades (caixa)	6	126
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	385.471	168.428
Total caixa e equivalentes de caixa	385.477	168.554

(1) Referem-se às operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	Total			
	1 a 30 dias	91 a 180 dias	2017	2016
Aplicações no mercado aberto:				
Posição bancada	385.471	-	385.471	168.428
Letras do tesouro nacional	385.471	-	385.471	168.428
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	1.174.283	1.174.283	668.831
Total em 2017	385.471	1.174.283	1.559.754	-
Total em 2016	168.428	668.831	-	837.259

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Receitas de aplicações em operações compromissadas:		
Posição bancada	14.214	9.676
Subtotal	14.214	9.676
Receitas de aplicações em depósitos interfinanceiros	57.187	18.831
Total (Nota 6d).....	71.401	28.507

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação da carteira distribuída pelas rubricas de publicação

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Carteira própria.....	6.483.111	6.334.755
. Cotas de fundos de investimentos	561.333	522.488
. Ações (4)	5.921.778	5.812.267
Instrumentos financeiros derivativos	315.804	130.024
Vinculados ao Banco Central.....	-	680
. Letras financeiras do tesouro	-	680
Vinculados a prestação de garantias	3.200	2.833
. Letras Financeiras do Tesouro.....	3.200	2.833
Total	6.802.115	6.468.292

continua...

	Custo líquido de depreciação		Custo líquido de depreciação	
	Taxa	Custo	2017	2016
Imóveis de uso:				
- Edificações.....	4%	961	(923)	38
- Terrenos.....	-	30	-	30
Instalações, móveis e equipamentos.....	10%	4.849	(2.666)	2.183
Sistema de processamento de dados, comunicação e segurança....	20%	4.942	(2.353)	2.589
Total em 2017		10.782	(5.942)	4.840
Total em 2016		8.824	(4.969)	3.855

10) INTANGÍVEL
Corresponde a Gastos em Desenvolvimento de *Software*. O valor do custo líquido de amortização corresponde a R\$ 1.120 mil (2016 - R\$ 887 mil) e amortização acumulada de R\$ 793 mil (2016 - R\$ 497 mil).

11) DEPÓSITOS
a) Em 30 de junho de 2017 o valor correspondente a R\$ 2.565.266 mil (2016 - R\$ 2.249.827 mil), refere-se a Depósitos Interfinanceiros emitidos em 1º de setembro 2015, com vencimento em 1º de setembro de 2022, à taxa de juros de 108,40% do CDI.

b) **Despesas de captações**
Representada pelas captações de depósitos interfinanceiros, no montante de R\$ 148.587 mil (2016 - R\$ 153.153 mil).

12) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS
a) **Ativos Contingentes**
Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) **Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias**
A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Instituição entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas
São ações ajuizadas por ex-empregados, visando a obter indenizações, em especial, o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

II - Processos cíveis
São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistemas informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais. Não existem, em curso, processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Obrigações legais - Provisão para riscos fiscais
A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

IV - Movimentação das provisões constituídas

	Em 30 de junho - R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais (1)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	665	6.102	8.738
Constituições líquidas de reversões.....	267	(1.797)	-
Atualização monetária.....	36	-	260
Transferências.....	-	(2.892)	-
Saldo em 30 de junho de 2017 (Nota 13b)	968	1.413	8.998
Saldo em 30 de junho de 2016 (Nota 13b)	-	6.837	8.447

(1) Compreende, substancialmente, obrigações legais.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais do Bradesco BBI são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

c) **Passivos Contingentes classificados como perdas possíveis**
A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periódicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos com essa classificação são: a) Autuação de IRPJ e CSLL, relativo aos anos-bases de 2007 a 2013, lançados sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos, no valor de R\$ 383.076 mil (2016 - R\$ 220.866 mil), b) Autuação relativa à contribuição previdenciária sobre aportes em planos de previdência complementar e também sobre valores pagos a título de Participação dos empregados nos lucros e resultados - PLR no valor de R\$ 28.302 mil (2016 - R\$ 19.625 mil).

13) OUTRAS OBRIGAÇÕES
a) **Fiscais e previdenciárias**

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Provisões para impostos e contribuições sobre lucros.....	42.391	23.567
Impostos e contribuições a recolher.....	8.159	7.656
Provisões para impostos e contribuições diferidos (Nota 23e).....	4.040	20.839
Total	54.590	52.062

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Provisão para despesa de pessoal.....	31.849	8.380
Provisão para participação nos lucros e resultados.....	27.297	29.076
Provisão para pagamentos a efetuar.....	11.242	27.337
Provisão para contingências fiscais (Nota 12b) (1).....	8.998	8.447
Outras contingências.....	4.217	-
Provisão para contingências cíveis (Nota 12b).....	1.413	6.837
Provisão para contingências trabalhistas (Nota 12b).....	968	-
Outras.....	910	137
Total	86.894	80.214

(1) Conforme Carta - Circular nº 3.782/16 do Bacen, a rubrica "Provisões para Riscos Fiscais" foi reclassificada de "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias" para "Outras Obrigações - Diversas".

14) PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) **Capital social**
O capital social no montante de R\$ 4.870.000 mil (2016 - R\$ 4.870.000 mil), totalmente subscrito e integralizado é dividido em 4.950.733.362 (2016 - 4.950.733.362) ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal.

b) **Reservas de capital**
A reserva de capital refere-se ao ágio pago na subscrição de ações. É utilizada para: (i) absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros; (ii) resgate, reembolso ou compra de ações; (iii) resgate de partes beneficiárias; e (iv) incorporação ao capital social.

c) **Reservas de lucros**

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Reservas de lucros	4.129.823	2.985.564
- Reserva legal (1).....	384.836	313.196
- Reserva estatutária (2).....	3.744.987	2.672.368

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro.....	(35.319)	(53.496)
Base de cálculo	671.070	1.016.414
Dividendos propostos.....	6.711	10.164
Percentual em relação a base de cálculo	1,0%	1,0%

15) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Colocação <i>underwriting</i>	166.622	146.782
Serviços de cobranças.....	106.945	74.210
Análise financeira.....	94.921	126.198
Análise técnica <i>underwriting</i>	63.258	59.934
Outras.....	494	1.846
Total	432.240	408.970

16) DESPESAS DE PESSOAL

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Proventos.....	34.335	23.923
Benefícios.....	17.761	9.407
Participação dos empregados nos lucros.....	13.844	17.666
Encargos sociais.....	12.641	9.300
Treinamentos.....	348	258
Total	78.929	60.554

17) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Serviços de terceiros.....	27.164	30.087
Viagens.....	4.084	1.207
Aluguéis.....	3.732	4.119
Propaganda, promoções e publicidade.....	2.644	3.963
Comunicações.....	2.036	2.211
Serviços técnicos especializados.....	1.574	2.037
Processamento de dados.....	1.075	336
Despesa de serviços do sistema financeiro.....	1.066	766
Transportes.....	723	546
Depreciações e amortizações.....	680	530
Contribuições filantrópicas.....	-	100
Outras.....	1.917	1.374
Total	46.695	47.276

18) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Impostos sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN.....	18.404	18.192
Contribuição à COFINS.....	14.129	11.238
Contribuição ao PIS.....	2.296	1.826
Impostos e taxas.....	435	73
Total	35.264	31.329

19) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Receitas financeiras.....	11.423	11.635
Reversão de provisão.....	3.036	140
Comissões.....	2.734	6.200
Recuperação de encargos e despesas.....	556	50
Outras.....	2	2
Total	17.751	18.027

20) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Comissão de intermediação de operação.....	46.466	30.667
Provisões cíveis.....	2.108	164
Outras despesas financeiras.....	677	16.344
Provisões - outras.....	260	-
Outras.....	98	96
Total	49.609	47.271

21) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Rendas de aluguéis.....	87	89
Prejuízo na alienação de valores e bens.....	-	(54)
Total	87	35

22) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
a) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	Controladores (1)		Coligadas e controladas	
	2017	2016	2017	2016
Ativos				
Aplicações no mercado aberto.....	385.471	168.428	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	1.174.283	668.831	-	-
Dividendos a receber.....	-	-	60.897	3.278
Passivos				
Depósitos interfinanceiros.....	2.565.266	2.249.827	-	-
Instrumentos financeiros derivativos.....	-	17	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar.....	-	-	6.698	111.940
Outras obrigações.....	-	-	-	17.855

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil			
	Controladores (1)		Coligadas e controladas	
	2017	2016	2017	2016
Receitas de intermediação financeira.....	71.401	28.507	-	-
Despesas de intermediação financeira.....	(148.587)	(153.153)	-	-
Resultado em operações com derivativos.....	-	(17)	-	-
Outras despesas, líquidas de outras receitas, operacionais.....	(43.113)	(29.773)	(24.898)	(29.466)

(1) Banco Bradesco S.A. e Banco Boavista Interatlântico S.A.

...continuação



Banco Bradesco BBI S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 06.271.464/0001-19

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

Para 2017, foi determinado o valor máximo de R\$ 5.400 mil (2016 - R\$ 5.300 mil) para remuneração dos Administradores e de R\$ 5.600 mil (2016 - R\$ 3.000 mil) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PN do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores de instituições financeiras.

Benefícios de curto prazo a administradores

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Proventos.....	1.916	1.836
Total	1.916	1.836

Benefícios pós-emprego

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Planos de previdência complementar de contribuição definida.....	2.423	1.300
Total	2.423	1.300

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos Conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
 - Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
 - Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.
- Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

23) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	747.422	1.070.622
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (1).....	(336.340)	(481.780)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas	66.249	61.424
Receitas não tributáveis líquidas de despesas indedutíveis (2)	227.603	418.354
Outros valores	1.455	1.290
Imposto de renda e contribuição social do semestre	(41.033)	(712)

(1) Alíquotas vigentes: (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 15% para a contribuição social e de 20%, de setembro de 2015 até dezembro de 2018, de acordo com a Lei nº 13.169/15.

(2) Refere-se substancialmente a dividendos recebidos de ações.

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(44.053)	14.565
Impostos diferidos		
Constituição/realização no semestre, sobre adições temporárias	3.020	(15.277)
Imposto de renda e contribuição social do semestre	(41.033)	(712)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2016	Constituição	Realização	Saldo em 30.6.2017
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	23.806	1.575	-	25.381
Provisões cíveis.....	1.176	1	810	367
Provisões fiscais	4.071	118	-	4.189
Provisão trabalhista	266	351	215	402
Provisão para desvalorização de bens não de uso	432	-	-	432
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos	130	-	-	130
Ajuste a valor de mercado dos títulos para negociação	-	20.286	-	20.286
Provisão para pagamento sujeito à <i>transfer pricing</i>	9.173	7.473	9.173	7.473
Provisão para pagamento de participação nos lucros e resultados	24.190	5.538	20.468	9.260
Outros	4.198	471	2.127	2.542
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	67.442	35.813	32.793	70.462

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores do

Banco Bradesco BBI S.A.

Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Bradesco BBI S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bradesco BBI S.A. em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determina como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

	R\$ mil		
	Saldo em 31.12.2016	Constituição	Realização
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda.....	186.041	106.911	-
Total dos créditos tributários (Nota 7b)	253.483	142.724	32.793
Obrigações fiscais diferidas (Nota 13a)	27.554	33	23.547
Crédito tributário líquido das obrigações fiscais diferidas	225.929	142.691	9.246

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 30 de junho de 2017 - R\$ mil		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2017.....	8.447	4.076	12.523
2018.....	12.482	6.952	19.434
2019.....	12.509	6.886	19.395
2020.....	7.192	3.614	10.806
2021.....	3.271	2.993	6.264
Após 2021	970	1.070	2.040
Total	44.871	25.591	70.462

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, somam R\$ 67.106 mil (2016 - R\$ 42.938 mil) de diferenças temporárias.

Todos os créditos tributários do BBI foram devidamente ativados.

e) Obrigações fiscais diferidas

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	16.864
Atualização de depósitos judiciais e outros	4.040	3.975
Total	4.040	20.839

24) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

O BBI como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN. Até o ano de 2015, os pronunciamentos contábeis, aprovados pelo CMN e adotados pela Instituição foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis; e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

c) Em julho de 2017, a Organização Bradesco lançou um Plano de Desligamento Voluntário Especial, o qual poderão aderir os funcionários que preencham os requisitos estabelecidos no regulamento do respectivo plano.

d) Não houve outros eventos subsequentes que, requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2017.

A DIRETORIA

Cid de Oliveira Guimarães – Contador – CRC 1SP218369/O-0

Osasco, 25 de agosto de 2017

Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

